

A sua Excelência, o Sr. Camilo Sobreira de Santana
Ministro da Educação - MEC

Carta de reivindicações dos/as Docentes da UFRB

Excelentíssimo Ministro, Camilo Santana, seja bem vindo à UFRB.

Como é sabido, os últimos anos foram extremamente difíceis para o nosso povo. O Brasil voltou ao mapa da fome, princípios da democracia deterioraram-se, direitos foram suprimidos, os serviços públicos e seus servidores foram sistematicamente atacados pelos últimos governos.

Notadamente, a educação pública foi eleita inimiga pelo Governo Bolsonaro. Nessa conjuntura, as universidades públicas, particularmente a UFRB, sofreram sucessivos e duros ataques, ameaçando a existência dessas instituições. Por tudo isso, derrotar o Governo Bolsonaro e eleger Lula presidente, por um lado, significaram uma importante vitória da classe trabalhadora, por outro, geraram expectativas de revertermos perdas e ampliarmos conquistas. Em nossa comunidade, dentre outras coisas, reacenderam as esperanças de darmos continuidade ao processo de implementação da UFRB.

É preciso dizer que a UFRB, criada durante o primeiro governo Lula, é resultado de uma luta histórica do povo baiano, visto que tínhamos até então apenas uma única universidade federal no estado. A UFRB vem e pode contribuir ainda mais com o desenvolvimento dos territórios do Recôncavo, do Vale do Jiquiriçá e do Portal do Sertão. Para tanto, carece de apoio e investimento.

Considerando o compromisso firmado deste governo com a Educação e a disposição da construção de uma outra relação com a UFRB, demonstrada na presente visita do excelentíssimo ministro, a Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR), sindicato que representa os/as docentes da UFRB, assumindo sua responsabilidade na defesa da UFRB e de seus/as professores/as, vem respeitosamente apresentar as principais reivindicações da nossa categoria, as quais são fundamentais para a consolidação desta universidade.

- (i) **Ampliação do orçamento da UFRB** – atualmente, o orçamento da UFRB está muito próximo dos valores praticados em 2015 e 2016. Desde então, a universidade cresceu consideravelmente e a inflação do correu o poder de utilização desses valores. Não por acaso, são várias obras paralisadas, serviços precarizados e estudantes sem assistência. É imprescindível ampliar, imediatamente, o orçamento da UFRB para manutenção das atuais atividades e continuidade da sua implementação;

- (ii) **Construção das sedes próprias dos campi situados em Feira de Santana (CETENS) e em Santo Amaro (CECULT)** – esses campi funcionam em espaços alugados ou cedidos por outros órgãos públicos. Conseqüentemente, as atividades de ensino, pesquisa e extensão são desenvolvidas em condições não ideais. Já são pelo menos 8 anos nessa situação. A comunidade da UFRB, especialmente dessas cidades, espera que o atual governo destine verbas para a construção dessas sedes;
- (iii) **Retirada do PLP 93/23 (Arcabouço Fiscal)** – as regras impostas pelo chamado arcabouço fiscal irão impor barreiras para que o atual governo atenda às necessidades e às expectativas do nosso povo. A ampliação dos serviços públicos estará prejudicada. Inclusive os investimentos realizados pelos governos do PT (Lula e Dilma) não seriam possíveis com essas regras. Desse modo, reivindicamos que o arcabouço fiscal seja retirado do congresso federal;
- (iv) **Fim da Lista Tríplice e instituição de eleições diretas nas universidades federais** – durante o governo Bolsonaro diversas universidades tiveram suas autonomias desrespeitadas, dentre elas a UFRB. A reitora eleita não foi empossada pelo referido governo. É urgente revogar os dispositivos regulamentam as listas tríplices e instituir nova lei que trate das eleições diretas para reitor nas universidades federais;
- (v) **Concessão de Funções de Coordenação de Curso (FCC) aos coordenadores que não recebem** – desde o Governo Temer, as universidades federais deixaram de receber códigos de função gratificada para as coordenações dos cursos criados. Desse modo, temos dezenas de coordenadores na UFRB que exercem essa função sem a devida gratificação, enquanto os colegas de cursos mais antigos têm esse direito. Consideramos que o Ministério da Educação deve conceder, urgentemente, esses FCC à UFRB e demais universidades federais;
- (vi) **Reajuste salarial aos servidores públicos federais** – consideramos que o reajuste emergencial de 9% concedido pelo Governo Lula foi importante. Entretanto, diante das perdas inflacionárias, entendemos que é insuficiente. Desse modo, reforçamos que os 39,82% de reajuste aos servidores públicos federais reivindicados pelo FONASEFE, além de representar o legítimo direito de recomposição do poder de compra desses trabalhadores, concorre com a necessária valorização dos serviços públicos e seus servidores;
- (vii) **Equiparação dos benefícios e auxílios entre os poderes** – os servidores públicos dos demais poderes recebem auxílios (alimentação, creche, saúde etc.) superiores aos auferidos pelos servidores do executivo. É justo que haja a equiparação desses valores;
- (viii) **Revogação das medidas que atacam os serviços públicos e direitos da classe trabalhadora** – há um conjunto de medidas publicadas pelos governos anteriores que precarizam os serviços

públicos federais, particularmente as universidades federais, os quais precisam ser revogados.

Certos de que vivemos outros tempos, renovamos nossos cumprimentos.

Cruz das Almas – Ba, 14 de julho de 2023.

Diretoria da APUR